

País busca vantagens no acordo da dívida

Externa

Ximenes será sabatinado pelo Senado amanhã

O economista Paulo Cesar Ximenes, indicado à presidência do Banco Central, será sabatinado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em sessão com início às 9h. O senador João Rocha (PFL/TO) é o novo presidente da Comissão. Funcionário do Banco Central, Ximenes será o 18º presidente da instituição desde sua criação em 1964. Seu nome deverá ser aprovado ou não pelos membros da Comissão, após a arguição pública determinada pela Constituição. O próximo passo é a votação no plenário do Senado. Somente após esse ritual Ximenes pretende divulgar as indicações para a composição da diretoria do Banco, cujos candidatos também precisam ser aprovados.

ARQUIVO



Pedro Malan negocia com os credores a adesão ao bônus com desconto

O ministro Eliseu Resende considera desfavorável ao Brasil a tendência de opção da maioria dos bancos credores contra o desconto na troca de títulos da renegociação da dívida externa. A equipe econômica quer limitar a 40 por cento do volume total da dívida a opção pelos chamados "bônus ao par", mais caros que os bônus com desconto. Desta maneira, o Brasil já gastaria 3,2 bilhões de dólares no fechamento do acordo, valor considerado o limite de negociação pelo ministro, segundo informou um importante assessor. Resende reuniu-se sábado com o negociador da dívida, Pedro Malan, e o representante do País no Fundo Monetário Internacional (FMI), Alexandre Kafka.

O Governo brasileiro está lutando para que os bancos credores façam uma seleção mais favorável entre opções de bônus, apesar de satisfeito com o índice de aceitação da proposta global apresentada à renegociação da dívida. Nada menos do que 97,5

por cento dos credores aderiram ao acordo e participam da negociação, segundo informou o ministro Eliseu Resende. Mas, na segunda etapa da negociação, acompanhada com preocupação pelo Governo, eles querem 65 por cento dos títulos em "bônus ao par". Este instrumento de negociação é o pior para o País porque obriga o Governo a adquirir, pelo valor de face, títulos da dívida com um prazo de 30 anos e juros fixos.

Argumentos — Para tentar convencer os credores a aceitar os bônus com desconto, a equipe econômica argumenta que o Governo vem cumprindo rigorosamente os prazos e honrando os pagamentos. Além disso, houve um acerto, segundo o qual os bancos fariam opções balanceadas. Isto quer dizer que eles se comprometeram a combinar o bônus ao par com outros títulos, mais favoráveis ao País.

O que não pode ocorrer, segundo o assessor, é a predomi-

nância do que é melhor para os bancos credores e pior para o País, que vem trabalhando no acordo desde o ano passado. Neste período, já foram emitidos títulos (7,2 bilhões de dólares) e pagos 1,3 bilhão de dólares em juros atrasados para manter a negociação. Agora, a luta é para que a opção voluntária dos bancos credores seja mais equilibrada do que a obtida, por exemplo, pelo governo da Argentina. Lá, os bancos fecharam o acordo com 65 por cento de bônus ao par e apenas 35 por cento de bônus com desconto. Um percentual semelhante ao que os credores apresentam, como proposta inicial de discussão, ao Governo brasileiro.

O bônus ao par tem o mesmo valor da dívida atual, com vencimento de 30 anos e sem período de carência. Ou seja, o País paga apenas os juros durante a vigência do título, só o liquidando totalmente, de uma vez, no final dos 30 anos.